



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2017.0000865065

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1010191-87.2014.8.26.0005, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes IRACEMA VIEIRA BARBOSA (JUSTIÇA GRATUITA), PAULO VIEIRA BARBOSA (JUSTIÇA GRATUITA), AILTON TEIXEIRA BARBOSA (JUSTIÇA GRATUITA), JOAZ VIEIRA BARBOSA (JUSTIÇA GRATUITA) e MIRIAM VIEIRA BARBOSA (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados MARIA DA PENHA SOARES LOPES e JOSÉ AUGUSTO DA SILVA (ESPÓLIO).

ACORDAM, em 34ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores GOMES VARJÃO (Presidente) e NESTOR DUARTE.

São Paulo, 8 de novembro de 2017.

CARLOS VON ADAMEK

RELATOR

Assinatura Eletrônica

Apelação nº 1010191-87.2014.8.26.0005

Apelantes: Iracema Vieira Barbosa, Paulo Vieira Barbosa, Ailton Teixeira Barbosa, Joaz Vieira Barbosa e Miriam Vieira Barbosa

Apelados: Maria da Penha Soares Lopes e José Augusto da Silva

Interessados: Marcos Teixeira Barbosa e Yukishiro Kuwamoto

Comarca: São Paulo

Voto nº 6.510

CIVIL – EMBARGOS DE TERCEIRO – PENHORA INCIDENTE SOBRE BEM IMÓVEL – MÁ-FÉ DE TERCEIROS ADQUIRENTES NÃO CARACTERIZADA – Pretensão dos embargantes ao levantamento da constrição incidente sobre o imóvel que adquiriram por escritura de compra e venda lavrada e registrada 16 anos antes do registro de penhora – Fraude à execução – Inocorrência – Inexistência de registro da penhora ou qualquer outro ato restritivo perante a circunscrição imobiliária competente na data da alienação do bem – Ação indenizatória ajuizada contra o alienante poucos dias após a lavratura da escritura de compra e venda – Citação do processo executório ocorrido anos após a aquisição do imóvel pelos adquirentes – Demonstração de boa-fé dos embargantes – Súmula 375/STJ – Questão objeto de recurso repetitivo julgado pela Corte Especial do STJ – Descabida a pretensão de responsabilização apenas do coembargado alienante sobre as verbas sucumbenciais, devidas pela parte que deu causa à constrição indevida (Súmula 303/STJ) – Honorários advocatícios mantidos – Recurso desprovido.

Trata-se de apelação interposta contra a r. sentença de fls. 141/145, cujo relatório adoto, que julgou procedentes os pedidos desta ação, para declarar insubsistente a penhora do bem imóvel matriculado sob nº 108.745 do 12º Ofício de Registro de Imóveis. Condenou os embargados ao pagamento das custas judiciais, das despesas processuais e dos honorários advocatícios, fixados em R\$ 1.500,00 (art. 20, § 4º, do CPC/73).

Apelaram os coembargados Iracema, Paulo, Ailton, Joaz e Miriam, objetivando a inversão do julgado, alegando, em síntese, que: a) nos autos principais, houve o reconhecimento de ineficácia da

alienação do bem efetivada pelo coembargado Yukihiro Kuwamoto aos embargantes, ante o reconhecimento de fraude à execução, a afastar a boa-fé dos embargantes, uma vez que, no mínimo, teriam deixado de agir com as cautelas devidas quando da aquisição do imóvel, de modo a se restabelecer a penhora determinada. Subsidiariamente, requerem que: i) os ônus sucumbenciais sejam integralmente carreados ao coembargado Yukihiro que, efetivamente praticou o ato ilícito e deu causa a esta demanda, sendo certo que os apelantes agem de maneira legítima, pretendendo apenas o cumprimento de seu direito reconhecido judicialmente, pelos quais litigam há 25 anos (desde 1995); ii) seja o coembargado Yukihiro, ao menos, responsabilizado por parte os encargos sucumbenciais; iii) os honorários advocatícios sejam reduzidos, considerando seu excessivo valor em vista das condições dos apelantes (fls. 148/152).

Recurso recebido, processado e respondido (fls. 155/160).

É o relatório.

Destaco, de início, que interposto o recurso de apelação na vigência do CPC de 1973, o processamento e a matéria nele abrangida observarão a lei antiga no que couber, conforme preconiza o artigo 14 do NCPC.

Consta dos autos que foi ajuizada pelos coembargados, ora apelantes, Iracema, Paulo, Ailton, Joaz, Miriam e Marcos, ação de indenização decorrente de acidente de trânsito contra o coembargado Yukihiro Kuwamoto (processo nº 0830010-58.1995.8.26.0005, da 2ª Vara Cível do Foro Regional de São Miguel Paulista, da Comarca da Capital), ora em fase de cumprimento de sentença, na qual foi determinada a penhora sobre o imóvel consistente em um terreno situado à rua Maria Branca, lote 04, da quadra 06, parte dos lotes 378 e 383, da antiga planta da Vila Rosária, no distrito de São Miguel Paulista, objeto da matrícula nº 108.745 do 12º Ofício de Registro de Imóveis desta Capital (certidão – fls. 33/36).

Os embargantes, dizendo-se adquirentes de boa-fé,

uma vez que inexistia à época da celebração da escritura de compra e venda, em **28.09.1995** – devidamente registrada na matrícula do imóvel em **19.10.1995** (R.04/108.745 - fl. 35) – qualquer averbação na matrícula do imóvel acerca do registro da penhora, ajuizaram os presentes embargos objetivando o levantamento da constrição judicial.

Nos termos da Súmula 375 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, exige-se, para comprovação da fraude à execução, o registro anterior da penhora do bem alienado ou a prova da má-fé do terceiro adquirente, ambas inexistentes no caso.

A Corte Especial do Col. Superior Tribunal de Justiça em sede de Recurso Repetitivo, REsp nº 956943/PR, de relatoria da Min. Nancy Andrighi, sendo relator para acórdão o Min. **João Otávio de Noronha**, julgado em 20.08.2014, consolidou as seguintes teses atinentes a esse tipo de situação:

PROCESSO CIVIL. RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. FRAUDE DE EXECUÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. SÚMULA N. 375/STJ. CITAÇÃO VÁLIDA. NECESSIDADE. CIÊNCIA DE DEMANDA CAPAZ DE LEVAR O ALIENANTE À INSOLVÊNCIA. PROVA. ÔNUS DO CREDOR. REGISTRO DA PENHORA. ART. 659, § 4º, DO CPC. PRESUNÇÃO DE FRAUDE. ART. 615-A, § 3º, DO CPC.

1. Para fins do art. 543-C do CPC, firma-se a seguinte orientação:

1.1. É indispensável citação válida para configuração da fraude de execução, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 615-A do CPC.

1.2. O reconhecimento da fraude de execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente (Súmula n. 375/STJ).

1.3. A presunção de boa-fé é princípio geral de direito universalmente aceito, sendo milenar a parêmia: a boa-fé se presume; a má-fé se prova.

1.4. Inexistindo registro da penhora na matrícula do imóvel, é do credor o ônus da prova de que o terceiro adquirente tinha conhecimento de demanda capaz de levar o alienante à insolvência, sob pena de tornar-se

letra morta o disposto no art. 659, § 4º, do CPC.

1.5. Conforme previsto no § 3º do art. 615-A do CPC, presume-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens realizada após a averbação referida no dispositivo.

No presente caso, conforme aduzem os embargantes, por ocasião da aquisição, em **28.09.1995**, não havia qualquer indicativo de penhora averbada junto à matrícula do imóvel ou de qualquer outra anotação restritiva, conforme se verifica de certidão expedida em 10.07.2014 (fls. 33/36), sendo que dito ato constitutivo somente veio a ser determinado em **18.07.2011** e averbado em **12.08.2011** perante o registro imobiliário (Av.5/108.745 – fl. 36), ou seja, quase **16 anos** após a alienação empreendida em favor dos embargantes, por meio de escritura de compra e venda devidamente registrada, vale frisar.

Tampouco houve comprovação da má-fé dos embargantes – observando-se que os embargados deixaram de apresentar defesa aos termos dos presentes embargos, conforme certidão cartorária de fl. 140 –, uma vez que a ação indenizatória foi distribuída em **19.09.1995**, ou seja, apenas **9 dias** antes da lavratura da escritura, de modo que eventuais certidões solicitadas previamente, nada acusariam acerca daquela demanda.

Destaque-se que a alienação se deu em data muito anterior (**28.09.1995** – fl. 35) à citação do alienante do processo de execução (**20.05.1999** – fl. 512), conforme mencionado na r. decisão que reconheceu a ocorrência de fraude à execução das vendas dos imóveis feitas pelo executado Yukihiro aos embargantes, com a consequente declaração de sua ineficácia (decisão de 14.04.2011, proferida nos autos da ação de indenização, os quais foram acessados por consulta pelo sistema *E-Saj* deste Tribunal), fato esse suficiente para afastar qualquer má-fé na transação do bem aos embargantes.

Nesse ponto, observo que os embargantes, em realidade, adquiriram dois imóveis do coembargado Yukihiro; o primeiro

localizado na Rua Maria Branca, objeto desta demanda (certidão – fls. 33/36), e o segundo na Rua Engenheiro Cesar Polilo (certidão – fls. 26/29), tendo este último sido adquirido posteriormente ao primeiro, em 15.10.1999, com escritura registrada em 10.07.2000 (fls. 27/28), e, portanto, depois da citação no processo de execução, conforme mencionado na decisão supramencionada, situação bem diversa da transação envolvendo o bem *sub judice*.

Inocorrente, portanto, a fraude à execução com relação ao imóvel objeto desta lide, seja diante da inexistência de registro prévio de penhora ou de qualquer outro ato restritivo; seja pela ocorrência da citação em data muito posterior à alienação, assim como a prática de ato de má-fé por parte dos embargantes, valendo destacar, ademais, o longo prazo decorrido entre a aquisição do bem e a determinação de sua penhora (quase 16 anos).

Nessa conformidade, é de rigor a manutenção da r. sentença, conforme entendimento deste Egrégio Tribunal:

EMBARGOS DE TERCEIRO – FRAUDE À EXECUÇÃO – IMÓVEL VENDIDO A TERCEIRO DE BOA-FÉ ANOS ANTES DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EM QUE EFETIVADA A PENHORA IMPUGNADA – POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DE EMBARGOS DE TERCEIRO FUNDADOS EM POSSE ADVINDA DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA – SÚMULA 84 DO STJ – INEXISTÊNCIA DE REGISTRO DA PENHORA NA MATRÍCULA OU PROVA DA MÁ-FÉ DO ADQUIRENTE – APLICAÇÃO DO VERBETE DA SÚMULA 375 DO E. STJ E DA TESE FIRMADA NO JULGAMENTO DO RESP 956.943/PR PELA SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS – AFASTAMENTO DA FRAUDE À EXECUÇÃO NA PRIMEIRA ALIENAÇÃO QUE RESULTA NO RECONHECIMENTO DA REGULARIDADE DA SEGUNDA ALIENAÇÃO, EFETIVADA PELO TERCEIRO DE BOA-FÉ, QUANDO O BEM NÃO MAIS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

PERTENCIA AOS EXECUTADOS. – Recurso desprovido.
(TJSP; Apelação 1002861-84.2015.8.26.0011; Relator (a): EDGARD ROSA; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional XI - Pinheiros - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 28/01/2016; Data de Registro: 30/01/2016);

EMBARGOS DE TERCEIRO – Alienação do imóvel antes da propositura da ação monitória – Inexistência de registro da penhora, na matrícula do imóvel, que possibilitou a venda – Hipótese em que a alienação se deu anos antes da propositura da ação – Reconhecimento de fraude que necessita da prova da má-fé que não se presume – Aplicação da tese consolidada no Recurso Repetitivo 956943/PR – Sentença de procedência dos embargos, mantida – Recurso não provido. **(TJSP; Apelação 1091440-66.2014.8.26.0100; Relator (a): HERALDO DE OLIVEIRA; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 22ª Vara Cível; Data do Julgamento: 23/03/2016; Data de Registro: 23/03/2016);**

Embargos de Terceiro – Autora que demonstrou ter adquirido o imóvel em data anterior ao ajuizamento de ação contra a vendedora – Não caracterizada fraude, pois para tanto é necessário o registro da penhora do bem alienado ou prova de má-fé do terceiro adquirente, o que não ocorreu – Aplicação da súmula 375 do Superior Tribunal de Justiça – Decisão mantida Recurso improvido. **(TJSP; Apelação 4000177-28.2013.8.26.0037; Relator (a): EDUARDO SÁ PINTO SANDEVILLE; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Privado; Foro de Araraquara - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 29/05/2014; Data de Registro: 29/05/2014).**

Melhor sorte não assiste aos apelantes com relação à pretensão de que apenas o coembargado Yukihiro, executado, se responsabilize pelos ônus sucumbenciais, à medida que foram eles que requereram a declaração de reconhecimento de fraude à execução do bem alienado em questão, dando causa, portanto, ao ajuizamento desta demanda pelos embargantes.

Ademais, nos termos da Súmula 303 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, *“em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios”*.

Cumprе ressalvar que, diversamente do alegado pelos apelantes, ser evidente que o coembargado Yukihiro foi solidariamente condenado ao pagamento das verbas de sucumbência pela r. sentença, uma vez que compõe o polo passivo da ação.

No que tange à pretendida redução da quantia fixada a título de honorários advocatícios (R\$ 1.500,00), também não assiste razão aos apelantes, estando seu montante de acordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, com a complexidade da causa, o grau de zelo e o trabalho desenvolvido pelo patrono.

Derradeiramente, embasado no Enunciado Administrativo nº 7 do STJ (*“Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC”*), entendo que não são devidos, nesta instância, honorários advocatícios pela sucumbência no recurso.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

CARLOS VON ADAMEK

Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo